

Tribuna Parlamentar

INFORMATIVO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

alepe.pe.gov.br

Parlamento em evolução



FOTOS: KEROL CORREIA/ROBERTO SOARES

Com estrutura ampla e acessível, Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar torna-se sede da Alepe a partir de 1º de agosto. Após abrigar, por 142 anos, debates do Poder Legislativo estadual, Palácio Joaquim Nabuco será restaurado para atender à função exclusiva de museu.

Págs. 4, 5, 6 e 7

ACONTECEU NA ALEPE

Data Magna passa a ser feriado

O dia 6 de março tornou-se, oficialmente, feriado civil no Estado com a promulgação da Lei nº 16.059/2017, em junho, pela Assembleia Legislativa de Pernambuco. No dia 14 de junho, a instituição realizou a entrega simbólica da norma à Comissão Organizadora do Bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817, criada pelo Poder Executivo. A honraria foi feita pela deputada Terezinha Nunes (PSDB) e pelo deputado Isaltino Nascimento (PSB), que assinaram juntos o projeto que originou a lei. Instituída em 2007, a Data Magna celebra o momento em que revolucionários tomaram o poder e instauraram a República em Pernambuco, há 200 anos. O Estado era um dos poucos no País a descumprir esse feriado previsto em lei federal.



RINALDO MARQUES

Pernambuco na Conferência da Unale

Oito parlamentares da Alepe participaram, entre os dias 7 e 9 de junho, da 21ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, em Foz do Iguaçu (PR). Na ocasião, houve reeleição do deputado Diogo Moraes (PSB) para o cargo de secretário-geral da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), assim como do deputado Zé Maurício (PP) para o Conselho Fiscal. Os deputados Lucas Ramos (PSB) e Rogério Leão (PR) foram eleitos conselheiros consultivos, e Eriberto Medeiros (PTC) passou a integrar o Conselho de Segurança Pública da organização.

Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil

Por iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, a campanha “Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil” ganhou o apoio da Alepe. Promovida pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), junto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a iniciativa acontece na semana em que se comemora o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, celebrado em 12 de junho. A ação pretende conquistar o envolvimento de diferentes setores da sociedade no combate ao problema.

EM FOCO

Por dentro do Palácio

Um passeio virtual pelo prédio histórico da Assembleia Legislativa, no Centro do Recife, leva você a todos os cantos do edifício que assistiu a momentos marcantes da política de Pernambuco. A plataforma Assembleia em 360º, disponível no site da Alepe, conduz o visitante da Rua da Aurora até a sala da Presidência, passando pelo exuberante Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco. O passeio é guiado pela descrição dos elementos arquitetônicos da Casa, em áudio, e por informações sobre o contexto histórico da época da construção. Não deixe de conferir.



ARQUIVO ALEPE



Fique Sabendo

O processo de tombamento do Museu Palácio Joaquim Nabuco teve início no final de junho e o prédio deverá passar por reforma em breve. Enquanto isso, não deixe de conferir cada detalhe:



VOCÊ NA ALEPE

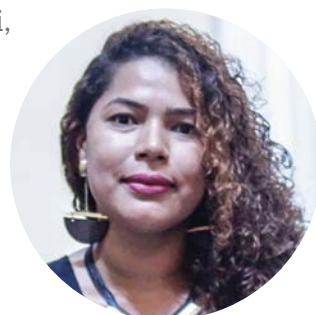
“É importante a Casa abrir espaço para o público dizer as pendências e carências do setor. Todos os dias estamos batalhando, dando aula para crianças, adolescentes, adultos e idosos. Então, para a gente, é mais fácil apontar o que pode ser melhorado.”



Thiago Martins

Estudante de Ciências Biológicas e dançarino, durante audiência promovida pelo Comissão de Educação, no dia 19 de junho, para debater políticas públicas para a dança em Pernambuco.

“Viemos todos aqui, em grande mobilização, para defender os direitos das comunidades quilombolas às terras, que estão sendo atacados em uma ação na Justiça Federal.”



Maria Lidiane Apolinário

Quilombola e membro de movimentos sociais de mulheres negras, em 20 de junho, na audiência pública que discutiu os obstáculos para a regularização de territórios de populações remanescentes de quilombos no Nordeste.

“Os jovens estão cada vez mais envolvidos com as drogas e a gente luta para que eles deixem o vício. Tenho um filho que foi usuário. Esse projeto tem o papel importante de conscientizar as pessoas sobre o problema.”



Josefa Gomes Ferreira

Aposentada, ao participar do 14º Mutirão pela Vida, evento voltado a pessoas dependentes de drogas realizado em 26 de junho, no Museu Palácio Joaquim Nabuco, com apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Família.

Acompanhe também os perfis da Alepe nas redes sociais e fique por dentro das atividades que acontecem dentro da Casa.

Além de informar, as plataformas facilitam a participação dos cidadãos no Legislativo, construindo debates e colaborando com decisões importantes na vida do povo pernambucano.



alepeoficial



assembleiape



fotoalepe



EXPEDIENTE: MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 2º Vice-Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Júlio Cavalcanti; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. Superintendente de Comunicação Social: Margot Dourado. Chefe do Departamento de Imprensa: Helena Alencar. Editores: Helena Alencar e Luciano Galvão. Revisão: Felliipe Marques e Margot Dourado. Repórteres: André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Ivanna de Castro, Luciano Galvão Filho, Regina Guerra e Amanda Silva (estagiária). Gerente de Fotografia: Roberto Soares. Edição de Fotografia: Breno Laprovitera. Fotógrafos: Jarbas Araújo, João Bitá, Rinaldo Marques e Kerol Correia (estagiária). Tratamento de Imagem: Giovanni Costa. Design: Brenda Barros. Diagramação e Editoração Eletrônica: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Cavalcanti Galvão. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3183-2126. PABX: 3183.2211. E-mail: scom@alepe.pe.gov.br

BALANÇO

Debates e homenagens marcam semestre na Alepe

Foram discutidos mais de 250 projetos e 175 tornaram-se leis. Comissões temáticas e frentes parlamentares reforçaram presença de importantes assuntos na Casa

Reforma da Previdência Social, Estatuto da Metrópole, estágios curriculares e extra-curriculares e Estatuto da Pessoa com Câncer foram alguns dos assuntos que se tornaram tema de comissões especiais na Assembleia Legislativa de Pernambuco ao longo do primeiro semestre de 2017. O balanço foi apresentado pelo presidente da instituição, deputado Guilherme Uchoa (PDT), no dia 29 de junho.

Além disso, novas frentes parlamentares se organizaram em defesa da pessoa idosa, das pessoas com deficiência, no combate à violência e às drogas e em prol da perenização do Rio Capibaribe. A partir de deliberações na Alepe, 175 leis foram sancionadas no primeiro semestre da terceira Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Casa.

Também nesse período, foram apresentados 253 projetos de leis ordinárias e complementares, a



Última reunião no Museu Palácio Joaquim Nabuco contou com a presença de autoridades

maior parte deles de autoria dos deputados estaduais, além de duas propostas de emenda à Constituição (PECs), 64 projetos de resolução e um decreto legislativo. “Mais uma vez chegamos ao fim de um intenso e profícuo ciclo de atividades com a plena certeza de que cumprimos a tarefa que o povo de Pernambuco nos confiou”, ressaltou Uchoa.

Entre as solenidades realizadas na Casa de fevereiro a junho, destacam-se as comemorações pelo aniversário de 182 anos da Assembleia e pelos dois séculos da Revolução Pernambucana de 1817. Guilherme Uchoa ainda registrou o encerramento das atividades legislativas no Museu Palácio Joaquim Nabuco (leia mais na página 4).

“O balanço das ações institucionais ilustra nosso compromisso com os ideais que sempre nortearam o Poder Legislativo de Pernambuco”, pontuou o presidente da Alepe.

AGORA É LEI

Brega é reconhecido como expressão cultural pernambucana

Com a inclusão do ritmo na Lei 14.679, artistas poderão ter acesso a financiamento diferenciado por meio de convênios culturais entre Estado e municípios

Amanda Silva

“O brega ainda sofre preconceitos, atualmente muito menos do que antes. Mas, no fundo, todo mundo ama a música brega.” A declaração é de Kelvis Duran, o “príncipe do brega”, cuja voz tornou-se famosa em músicas como *Perdidos*, *Estando com ela e pensando em ti* e *Contigo na cabeça*.

O cantor tem motivos para comemorar: o ritmo que há décadas divide opiniões foi oficialmente reconhecido como expressão cultural pernambucana após a aprovação, em maio deste ano, da Lei nº 16.044/2017. Proposta pelo deputado Edilson Silva (PSOL), a matéria altera a Lei nº 14.679/2012

e inclui o brega na lista de manifestações artísticas com espaço garantido na programação de eventos custeados pelo Estado.

“A provocação veio após uma postura discriminatória do Governo”, afirma o parlamentar. Ele se refere à decisão da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) de barrar o ritmo no Carnaval deste ano. Segundo Edilson, essa normativa gerou reação das bandas do segmento, que consideram a expressão musical como genuinamente pernambucana. “Fui procurado, conversei com eles e me convenci de que era possível e necessário inscrever o brega nessa legislação que já existia no Estado”, comenta.

Por meio de nota, a Secretaria Estadual de Cultura e a Fundarpe

explicam que a decisão de não contratar artistas da cena brega para as grades de Carnaval e São João considerou que o ritmo “não é característico dos ciclos carnavalesco e junino e que os artistas desse gênero têm maior apoio da indústria cultural e dos meios de comunicação de massas e patrocínio para tocar durante todo o ano”. Por sua vez, outros gêneros tradicionais dependeriam da proteção governamental “para que não se percam e deixem de ser repassados para as futuras gerações”.

Alguns setores acusaram a Lei 16.044 de agir em defesa da “pornofonia” e da apologia ao machismo. “Essas situações não são monopólio da cena brega. Acontece com o rock and roll também”, argumenta Edilson Silva,

que diz caber a todos o dever de fiscalizar. “O ritmo sofre preconceitos de determinadas elites culturais, mas isso a gente não resolve com uma norma legal”, conclui.

Com a nova regra, apresentações de brega poderão receber recursos da parcela, reservada a manifestações pernambucanas, de 60% dos repasses do Estado destinados ao financiamento de atividades culturais nos municípios. Para Kelvis Duran, a medida pode garantir também a turistas e a fãs de outros Estados o acesso ao estilo musical. “Precisamos nos apresentar em grandes eventos apoiados pelo Governo para sermos valorizados, não só musicalmente, mas economicamente”, opina o cantor.



Kelvis: “todos amam o brega”

● LEGISLATIVO

Novo endereço da Casa de Todos

Instituição que atravessou regimes políticos e constituições se renova com vistas à transparência e aos anseios populares

Regina Guerra

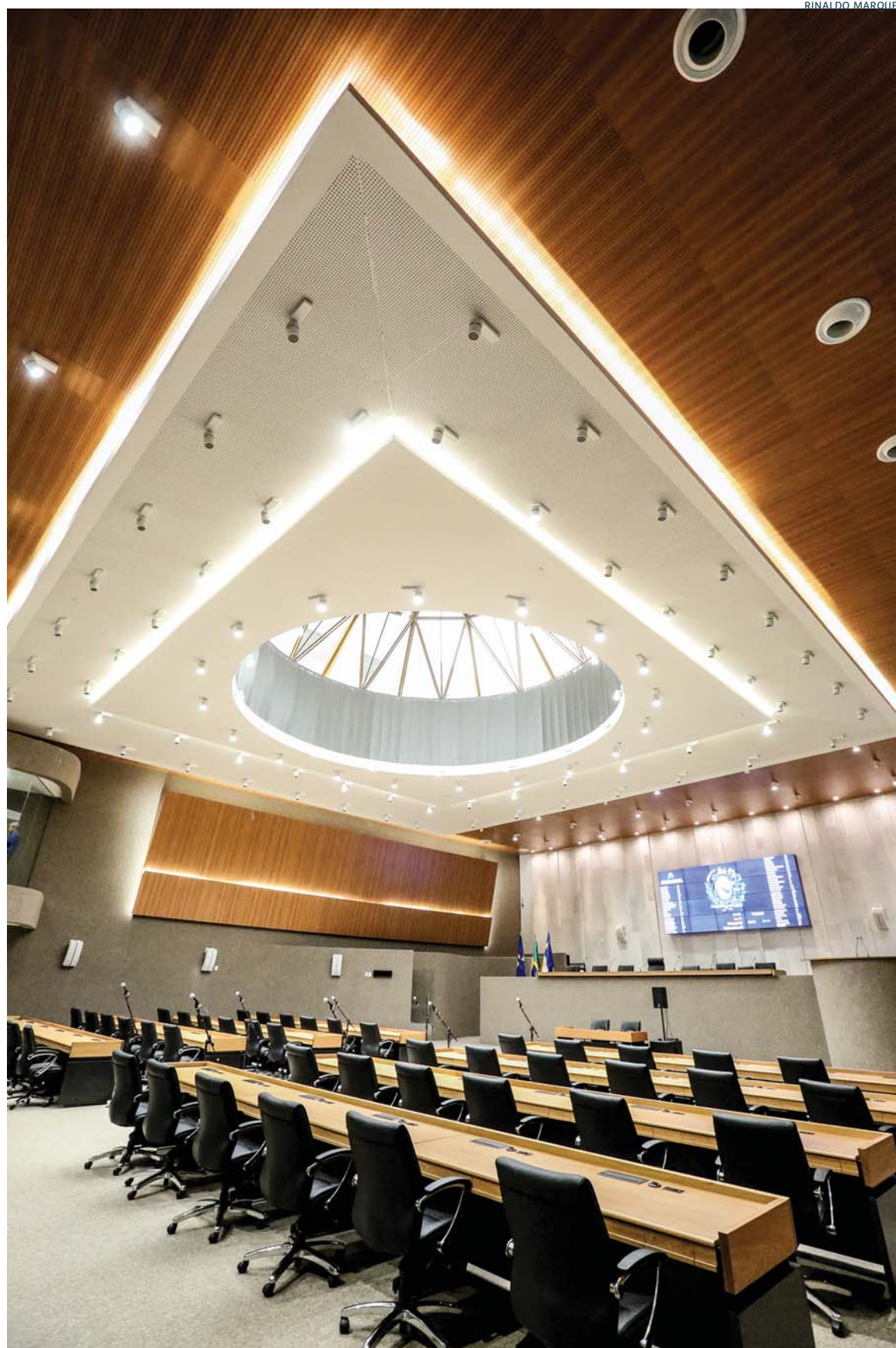
Uma construção moderna e totalmente acessível. A partir de agosto de 2017, o Parlamento estadual passa a funcionar no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, localizado na Rua da União, por trás do palácio que abrigou, por 142 anos, as atividades da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Apesar da pequena distância entre os endereços, o primeiro-secreário da Casa, deputado Diogo Moraes (PSB), garante que a mudança representa um grande salto não apenas em termos de conforto, mas de funcionalidade. “Todo o processo legislativo vai ganhar agilidade. Um programa permitirá que os gabinetes produzam requerimentos, indicações e outros documentos em tempo real, durante as sessões. Além disso, cada deputado e chefe de gabinete terá uma assinatura eletrônica para trabalhar de qualquer lugar do mundo. É o plenário mais moderno do País”, detalha.

Denominado “Governador Eduardo Henrique Accioly Campos”, o espaço conta com um painel eletrônico que vai registrar todas as atividades parlamentares. O equipamento está conectado às bancadas dos legisladores, que são informatizadas e com controle biométrico.

As reuniões podem ser acompanhadas pelo público a partir de uma galeria com 294 lugares. Cadeiras adaptadas para pessoas com deficiência, com mobilidade reduzida e obesos, rampas de acesso e elevadores garantem a acessibilidade. Uma cúpula de aço, alumínio e vidro com proteção solar permite aproveitar a luz natural. A iluminação do prédio, toda em LED e automatizada, foi projetada para reduzir o consumo de energia.

Além do Plenário, o prédio abriga três plenarinhos, onde serão realizados os encontros das comissões técnicas. Auditório, salas de reunião e de apoio administrativo completam o espaço, que conta, ainda, com estacionamento para 75 veículos. A área total é de 5.715 metros quadrados, com projeto do arquiteto Carlos Fernando Pontual.



Guilherme Uchoa: “Espaço mais aberto e confortável para ampliar participação popular”

“Estava na hora de dar ao povo de Pernambuco melhores condições para acompanhar o trabalho legislativo. É um espaço mais aberto,

mais confortável e com mais oportunidade de participação popular”, comemora o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

HISTÓRICO

Desde 1875, o Palácio Joaquim Nabuco sediou o Poder Legislativo estadual, atravessando regimes

políticos e constituições como local em que os representantes do povo se reuniam para discutir leis e repercutir assuntos de interesse nacional. Também foi endereço para a manifestação dos mais variados grupos.

A historiadora Suzana Cavani, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), lembra que a criação das então chamadas assembleias provinciais ocorreu por Ato Adicional feito pelos liberais à Constituição do Império, em 1824. A iniciativa representou certo aumento de poder para os governos locais no regime altamente concentrador que então se vivia.

Até 1881, as eleições eram indiretas: quem possuísse a renda exigida poderia votar naqueles que escolheriam os representantes finais. “Era um sistema bem controlado que gerava bancadas atenuadas em termos de radicalismo, mas isso não quer dizer que não existissem pessoas que representassem os interesses populares”, analisa a pesquisadora. “Além disso, a população organizada quebra o parâmetro. Se não elegia, pressionava com movimento de ruas, se dirigia para Assembleia. O povo vai além do estabelecido e abre novos canais”, completa. A autorização legal para peticionar representou o início da luta por direitos sociais.

Quanto às atribuições, a historiadora conta que as assembleias estaduais só se tornaram instâncias menos limitadas com a República, proclamada 14 anos depois da transferência do Parlamento Estadual para o Palácio. “Durante o Império, havia o poder de veto do chefe do Executivo. A capacidade tributária era muito limitada, os principais impostos de importação e exportação eram da alçada central”, descreve Suzana. Nesse cenário, a Assembleia funcionou mais como elo dos interesses locais e nacionais, mesmo porque muitos deputados provinciais eram também deputados gerais – o que equivaleria, atualmente, ao cargo de deputado federal. “A história da Assembleia foi de luta não só do povo, mas também como instituição que marca o poder federativo”, resume a especialista.

A Proclamação da República, em 1889, trouxe mais autonomia e novas

os Pernambucanos



RINALDO MARQUES

Carlos Fernando Pontual assina projeto do novo edifício-sede Governador Miguel Arraes de Alencar

atribuições para as assembleias legislativas. Em 1891, acontecem as sessões preparatórias para a promulgação da primeira Constituição Política de Pernambuco.

Durante o período republicano, as ditaduras constituíram um capítulo à parte. Na Era Vargas, a Casa esteve fechada de 1937 a 1945. De 1964, o arquivo da Alepe guarda o projeto de resolução que considera vago o cargo de governador de Pernambuco, então ocupado por Miguel Arraes. Com a redemocratização, Arraes volta à Assembleia para tomar posse como governador. Estava na condição de chefe do Executivo quando foi promulgada a atual Constituição Estadual, em 1989.

No campo das discussões, a questão abolicionista merece destaque (ver Documento Histórico na pág. 7). Os arquivos da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo guardam petições, leis e transcrições de debates. Um exemplo, ainda da década de 1870, é a norma que criou um fundo estadual para a emancipação de escravos, os quais, a partir da Lei do Ventre Livre, passaram a poder comprar a liberdade. Os deputados destinaram recursos de loterias, doações e multas para a finalidade.

“O Legislativo pernambucano sempre foi conhecido por representar grandes lutas e debates”, avalia Priscila Lapa, doutora em Ciência Política pela UFPE. Na opinião da pesquisadora, entretanto, o modelo

instituído pela Constituição Federal de 1988 impõe restrições que têm “engessado” o papel de legislar. “Houve a distribuição dessa tarefa com o Executivo, porque, naquele momento, após um regime de exceção, era importante desconcentrar. Hoje, é preciso repensar o Parlamento para que seja a porta de entrada das questões que a sociedade enfrenta. É o Legislativo que representa, em sua essência, a multiplicidade social”, conclui.

Durante a última Reunião Ordinária Plenária realizada no Palácio Joaquim Nabuco, no dia 29 de junho, parlamentares lembraram de suas trajetórias e da relação afetiva com o prédio. Nomes como o de Adalgisa Cavalcanti, a primeira mulher na Alepe, mereceram destaque. O deputado Henrique Queiroz (PR), que está no décimo mandato consecutivo, aprovou a transformação do espaço em museu. “Será uma oportunidade para que turistas do mundo inteiro possam conhecer nossa história. Uma parte da minha vida está aqui: são 40 anos fazendo esse trabalho bonito que é a política”, disse.

“Esta Casa marcou a vida de muitos políticos, inclusive a minha”, concordou o presidente da Alepe, durante a cerimônia que encerrou as atividades na antiga sede. De acordo com Guilherme Uchoa, mesmo com a inauguração do novo plenário, algumas sessões especiais e solenidades continuarão a ser realizadas no Palácio.

HOMENAGENS

“Meu pai já recebeu muitas homenagens, mas essa é especial, porque é da Casa do Povo”, garantiu o médico Luiz Cláudio Arraes, filho do ex-governador Miguel Arraes, durante a cerimônia de inauguração do prédio que leva o nome do político, na tarde da última quinta-feira de junho. Representando a família na solenidade, ele rememorou a trajetória do pai, cearense de nascimento, mas que construiu carreira política em Pernambuco: foi deputado estadual, federal e prefeito do Recife, além de ter sido eleito para governar o Estado por três vezes.

João Campos, filho do ex-governador Eduardo Campos, morto em 2013, também se disse honrado com a homenagem ao pai, “um pernambucano que deu a vida ao serviço público”, no novo plenário.

A sede da Assembleia foi inaugurada logo depois da cerimônia que encerrou as atividades do Palácio Joaquim Nabuco. Além das famílias dos homenageados, o evento contou com a presença do governador Paulo Câmara, do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Leopoldo Raposo, e do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), Carlos Porto, bem como do prefeito do Recife, Geraldo Julio, e do vice-governador Raul Henry. O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) e o deputado federal Eduardo da Fonte (PP) representaram, respectivamente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

De portas abertas

BRENO LAPROVITERA



No Plenário, painel eletrônico registra a atividade parlamentar. As bancadas são informatizadas e possuem controle biométrico.

BRENO LAPROVITERA



Da galeria, 294 pessoas podem acompanhar as reuniões plenárias. O espaço dispõe de cadeiras adaptadas para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e obesos.

ROBERTO SOARES



Comissões temáticas se reúnem nos três plenários, que comportam deputados e assessores na mesa, além de espaço para o público.

ROBERTO SOARES



O novo auditório da Alepe pode receber até 142 pessoas.

● HISTÓRIA

Ecos da Rua da Aurora



Foto de Marc Ferrez, produzida em 1875, revela edifício monocromático e em tonalidade clara

Concluído em 1875 para suprir carência estrutural da antiga sede, Palácio Joaquim Nabuco abraça viés museológico reconhecido desde 2010

Gabriela Bezerra

A Rua da Aurora era um endereço de palacetes, com solares como o do Conde da Boa Vista e o do Barão de Beberibe debruçando-se na margem do Rio Capibaribe. A energia elétrica ainda não havia substituído a iluminação a gás nas ruas do Recife, que eram percorridas por bondes da Ferro-Carril, maxambombas e veículos de tração animal. Assim era a capital pernambucana na década de 1870, quando foi sancionada a autorização para construir o Palácio Joaquim Nabuco, edifício que abrigaria a Assembleia, em substituição à Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro, mais conhecida como Forte do Matos.

Na paisagem já havia, junto à Ponte Santa Isabel, o Ginásio Pernambucano. A nova sede do Parlamento estadual foi erguida, inclusive, em terreno ao lado do colégio, onde se previra, inicialmente, a construção

de piscina e pomar para os estudantes. Concluída em 1875, a transferência do Forte do Matos – situado nas proximidades do Paço Alfândega, no Recife Antigo – para o endereço atual preservaria a vista do Poder Legislativo para o rio.

A mudança de localização deveu-se às constantes queixas da falta de proporções e acomodações necessárias no Forte, que encontraram o ápice no discurso, em maio de 1870, do deputado Gaspar de Drumond, o qual requereu “um lugar decente” para o funcionamento da Assembleia. Os jornais noticiavam que a fortaleza, erguida na última década do século XVII, encontrava-se “em estado de ruínas, a despeito dos constantes reparos” – sem espaço, até mesmo, para espectadores. Diante da ameaça de perigo, o então presidente da província (cargo equivalente ao de governador, nos dias atuais) assinou a Lei Estadual nº 963/1870, abrindo crédito extraor-

dinário para a construção do palácio na Rua da Aurora.

A obra foi iniciada no final daquele mesmo ano. Encerrada a Guerra do Paraguai, a popularidade de Dom Pedro II crescia, sendo a data do seu trigésimo aniversário – 2 de dezembro – escolhida para o lançamento da pedra fundamental da nova sede da Assembleia Provincial. A deferência era tanta que, composta em mármore, a placa datava da seguinte forma: “No feliz reinado do sr. D. Pedro II”.

Contratante da construção, José Inácio d’Ávila contou com projeto do engenheiro José Tibúrcio Pereira de Magalhães, diretor da Repartição de Obras Públicas da província. No currículo dele constam, no Recife, o Asilo de Mendicidade (atual Santa Casa de Misericórdia), na Avenida Cruz Cabugá; o Liceu de Artes e Ofícios, na Praça da República; e a reconstrução do Teatro Santa Isabel, destruído por incêndio em 1869. Ainda assinou o Teatro da Paz, em



BRENO LAPROVITERA

Mota Menezes: “Quem entra é coroado pela abóbada celestial”



Leão ornamenta entrada do palácio



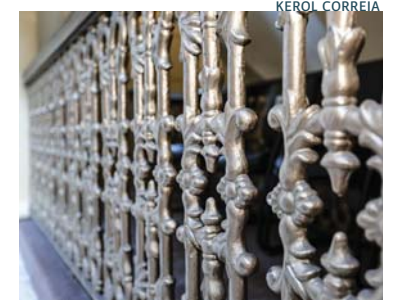
Colunas e frisos neoclássicos



Detalhe da cadeira presidencial



Símbolo da Jurisprudência



Gradil das galerias

Belém do Pará, mas foi a edificação às margens do Capibaribe a grande obra do engenheiro.

“ENCANTADOR”

Considerado patrimônio museal desde 2010, o Palácio Joaquim Nabuco integra as ruas da Aurora e da União. Com planta em formato de cruz latina, o Estilo Neoclássico evidencia-se nos arcos, colunas e frontão. Voltada para o rio, a fachada principal traz, ainda, dois leões, que confundem o significado majestoso do animal, comumente utilizado na arquitetura mundial, com o simbolismo pernambucano do Leão do Norte.

“É um prédio que encanta desde o lado de fora”, avaliou a estudante do Ensino Médio Ângela Menezes durante visita guiada na Semana Mundial dos Museus, em maio deste ano. “Apesar de sempre passar em frente, não sabia nem o que funcionava aqui”, revelou ainda. Defensor do aprendizado para além das salas de aula, foi o professor

de História Lenivaldo Cavalcanti quem organizou o passeio para a turma de Ângela, aluna da Escola de Referência em Ensino Médio Sizenando Silveira, a cerca de dez minutos de caminhada da Alepe. “Conhecer esse patrimônio, não apenas pela função que ele exerce hoje, mas pela historicidade aqui contida, é absolutamente ímpar. Trata-se de uma visita arquitetônica e historicamente muito interessante.”

No final do percurso pelo Palácio, a adolescente comentou que, na parte interna, está o que considerou mais fascinante: “É muito bonito o efeito da cúpula sobre o Plenário”, disse. “Ainda estou muito impressionada.” Autor de livros sobre construções arquitetônicas no Recife, o arquiteto e urbanista José Luiz da Mota Menezes reitera a percepção: “Quando você entra, é coroado pela abóbada celestial”. “O Plenário está sob o céu. Esse sistema circular da cúpula também dá a

sensação de concentrar as ideias e direcioná-las para a mesa principal”, completou.

Qualquer pessoa pode apreciar a Casa de Todos os Pernambucanos. A finalização das atividades legislativas do prédio, no final de junho, e a sua destinação para educação patrimonial contribuirá ainda mais para isso. Museóloga da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Manuela Ribeiro avalia que “o diferencial do Museu Palácio Joaquim Nabuco é contribuir para a conscientização política, ao explicar para a sociedade a importância do trabalho que é realizado pelo Poder Legislativo”.

RESTAURAÇÃO

Para a superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico da Assembleia, Cynthia Barreto, o prédio ecoa os anseios do povo pernambucano: “Com todos os debates que ocorreram no Plenário em quase 150 anos de história, as paredes absorveram muitos dos valores da sociedade”, destacou. Uma obra de

restauração já está prevista para recuperar os danos do uso diário, adaptar aos padrões de acessibilidade e resgatar os aspectos arquitetônicos originais. Apresentada pelo deputado Tony Gel (PMDB), a Lei Estadual nº 15.613/2015 deve auxiliar no processo, ao criar a comissão suprapartidária de levantamento autoral do acervo museal da instituição.

Uma foto produzida no mesmo ano da inauguração do prédio pode ser o ponto de partida. De autoria do principal fotógrafo brasileiro do século XIX, Marc Ferrez, a imagem traz um Palácio Joaquim Nabuco monocromático. O edifício, que também já teve fachada bordô, à semelhança do Ginásio Pernambucano atual, originalmente ostentava uma pintura clara. O colégio também, inclusive.

Autor do livro “O Classicismo Arquitetônico no Recife Imperial”, o arquiteto e urbanista Alberto Sousa acredita em uma tonalidade próxima à que já foi a Faculdade de Direito

do Recife antes da última reforma, “levando em conta o gosto da época”. “A pintura procurava imitar a coloração das fachadas em pedra de lioz, como a da Igreja Matriz da Boa Vista, no Recife, e a da Catedral de Salvador”, explica. Atualmente, a Casa Joaquim Nabuco se apresenta em azul e branco.

Sousa também opina pelo resgate das tonalidades do passado. “Em caso de mudança da pintura, deve-se optar pela coloração monocromática original. Foi assim que o arquiteto concebeu e a escolha dele deve ser respeitada, não só em atenção a ele, mas porque é a melhor solução do ponto de vista arquitetônico”. Para o estudioso, “o uso de duas cores distorce a composição, porque realça excessivamente a estrutura linear formada pelas pilstras, prejudicando a bela volumetria que o edifício tem e que deveria ser a característica dominante do seu exterior, como desejava o criador do projeto”.

Documento Histórico

Plenário da Alepe ganhou nome de Joaquim Nabuco em 1948

A sede do Poder Legislativo Estadual foi, até a década de 1940, denominada “Paço da Assembleia Legislativa de Pernambuco”. O espaço foi rebatizado a partir de uma indicação feita pelo então deputado Tabosa de Almeida, publicada em 10 de junho de 1948 no Diário Oficial do Poder Legislativo, sugerindo que a edificação passasse a se chamar “Palácio Joaquim Nabuco”.

O objetivo da mudança seria prestar homenagem ao “maior parlamentar pernambucano – Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, diplomata, poeta, historiador, jornalista, escritor, tribuno dos mais notáveis de sua época”, conforme consta no texto da indicação. Além disso, no ano seguinte, seria comemorado o centenário de Nabuco, nascido em 19 de agosto de 1849.

A aproximação do homenageado com a monarquia trouxe, con-

tudo, certa repulsa à proposta. Em parecer da Comissão Executiva da Assembleia – presidida pelo então deputado Antônio Torres Galvão –, o batismo da sede foi rejeitado: “Que seja o nome conferido a um edifício destinado à manifestação, defesa e conservação do regime republicano democrático, jamais abraçada por Joaquim Nabuco, é que nos parece um paradoxo”.

Como argumento para a negativa, justificou-se também que “ao ler ou ouvir a designação de ‘Palácio Joaquim Nabuco’, poderia qualquer forasteiro presumir que se tratasse de edifício destinado a um museu, biblioteca pública ou instituição outra digna do nome em apreciação. Diferentemente ocorre quando alguém lê ou ouve as palavras ‘Assembleia Legislativa do Estado’”.

“Nenhuma outra designação corresponderá melhor à finalidade do edifício da Câmara que esta: ‘As-

sembleia Legislativa do Estado’”, defendeu o documento, também assinado por Nilo Coelho e Vanderlei Simões, então primeiro e segundo secretários da Casa, respectivamente.

Em votação, porém, a proposição de Tabosa foi a acatada. A pedido do deputado Santa Cruz Valadares, consignou-se que a aprovação foi unânime. Assim, Joaquim Nabuco tornou-se patrono da Alepe, reforçando a imortalidade do abolicionista.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, com contribuição da repórter Gabriela Bezerra. Indicação do Deputado Tabosa de Almeida, solicitando que a sede da Assembleia Legislativa seja denominada Palácio Joaquim Nabuco. Diário do Poder Legislativo, 10 de junho de 1948. P. 447. Acervo do Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



Opção por abolicionista gerou controvérsias

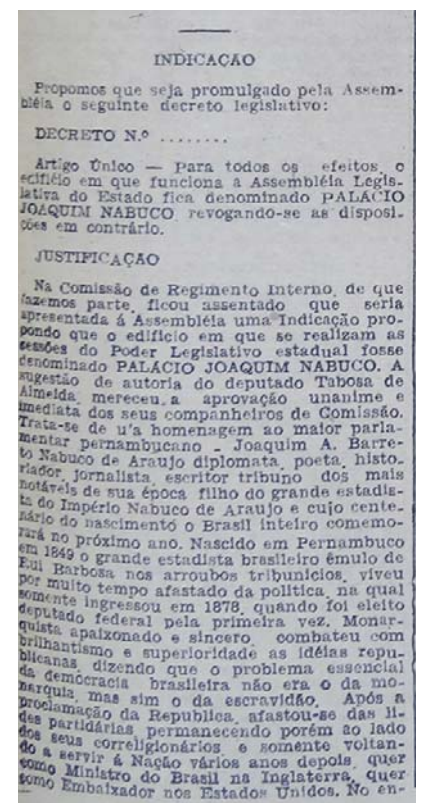


FOTO: A.DUCASBLE

● ENCHENTES

Começar de novo

Vítimas de inundações há sete anos, famílias da Mata Sul revivem drama e cobram solução definitiva do Poder Público

André Zahar

Quando, na madrugada de 28 de maio, a água da chuva cobriu a casa em que viviam Tiago Almeida e a mulher grávida de três meses, no bairro de Santa Gorete, em Barreiros (Mata Sul), o casal só teve tempo de deixar o filho de um ano com conhecidos e retirar poucos objetos – roupas, televisão e documentos. Buscaram proteção na rodoviária. “Fazia frio e, no dia seguinte, meu filho adoeceu. Teve muita tosse. Encaminharam a gente para um colégio, mas o povo ficou falando de botar a gente pra fora, que iam começar as aulas”, conta.

Junto com outras 48 famílias, eles terminaram se instalando no abrigo improvisado na quadra esportiva de uma escola agrotécnica. “Quando a gente veio para o lado de cá, o menino começou a ficar com dor de barriga. Ele emagreceu, não come direito, nem mamando está mais. Chega está triste. Queremos sair daqui o mais rápido possível”, expressou, quando já completava 25 dias fora de casa.

Cícera Caetana da Silva, mãe de nove filhos, também reclama das condições de assistência. “A gente passa a noite acordada, abanando os meninos. É muriçoca, lacraia, besouro no ouvido deles. Não aguentamos mais comer só salsicha e biscoito. Café da manhã não vem mais. Estamos ficando fracos”, diz ela, que mal se recuperou da enchente anterior, em 2010, quando perdeu tudo.

Os relatos não são isolados. Com os alagamentos e o transbordamento do Rio Una, 17,2 mil pessoas, ou dois de cada cinco moradores de Barreiros, ficaram desalojados (abrigados temporariamente em casas de parentes e amigos) no início de junho. Quando a reportagem do **Tribuna Parlamentar** esteve no local para acompanhar a entrega de donativos pela Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), havia 169 pessoas no abrigo. A cidade foi, proporcionalmente, a que teve a maior quantidade de afetados.

O Governo decretou situação de emergência em 27 municípios. Em



Tiago Almeida (detalhe), com o filho, em abrigo improvisado em Barreiros: “O menino emagreceu, está triste. Queremos sair daqui”

todo o Estado, logo após as chuvas, os números alcançaram 52 mil desalojados e três mil desabrigados. Até 1º de julho, permaneciam desalojadas mais de 8,1 mil pessoas e desabrigadas outras mil. Após o cadastro das famílias, haverá a discussão com outros entes governamentais sobre as próximas etapas, que podem ser a realocação em novas casas ou a concessão de auxílio-moradia. De acordo com o Ministério das Cidades, uma das possibilidades é o remanejamento para empreendimentos já contratados do programa Minha Casa, Minha Vida que ainda estejam sem beneficiários selecionados.

Para Claudeniz Francisca Santiago, esse processo precisa ser resolvido o quanto antes. Mãe de três filhos, ela já contabiliza perdas desde o ano 2000. “Faz quatro cheias e eu fico voltando para o mesmo lugar. Na de 2010 eu perdi tudo. Nessa, eu saí com água no meio da canela e levando choque, por causa da energia. Socorreram uma filha e meu neto de sete meses para o hospital. Eu queria ganhar logo a minha casa”, apela.

A Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), que coordena o Gabinete de Crise Central, informa que o Estado investiu cerca de R\$ 10 milhões em ações de ajuda humanitária e restabelecimento dos municípios. Já o Governo Federal liberou R\$ 17,6



milhões. Um investimento adicional de R\$ 25 milhões para obras de contenção de barreiras foi solicitado à União.

Quanto à assistência sanitária, o secretário estadual de Saúde, Iran Costa, destacou medidas adotadas pela gestão como abertura de um hospital de campanha em Rio Formoso, visitas aos abrigos e distribuição de hipoclorito de sódio. “Na enchente de 2010, todos municípios tiveram surto de diarreia. Agora só um, Quipapá, teve, mas não caracterizou epidemia. Foi feito bloqueio epidemiológico para diarreia e esquistossomose e temos pouquíssimos casos notificados de leptospirose”, afirma.

Outro ponto de controvérsia, que repercutiu na Alepe, diz respeito à construção de barragens consideradas necessárias para evitar novas inundações. A conclusão de Serro Azul, em Palmares, foi apontada pela base aliada como um dos fatores que reduziu a área de inundação e o nível de água em relação a 2010. A Oposição, porém, responsabiliza o Governo do Estado pela paralisação das obras das barragens de Gatos e Pannels II, em 2014, e de Igarapeba e Barra de Guabiraba, em 2015. “A maioria das ações anunciadas em 2010 não foi entregue à população. Os conjuntos habitacionais, a

requalificação de morros, hospitais e escolas não saíram do papel”, acusa o líder oposicionista, deputado Sílvio Costa Filho (PRB).

Em nota, a Seplag afirma que, de 2011 até agora, Pernambuco investiu cerca de R\$ 400 milhões e a União aproximadamente R\$ 350 milhões em ações de controle de cheia, quando, normalmente, essa relação de investimento é de 90% para a União e 10% para o Estado. “Serro Azul suportou aproximadamente 70 milhões de metros cúbicos de água, ou cerca de 40% do volume que chegou às cidades atingidas. Em relação às demais barragens previstas, havia uma previsão de R\$

15 milhões em aportes estaduais, porém o Estado já investiu R\$ 79,7 milhões”, assinala.

O líder do Governo, Isaltino Nascimento (PSB), afirmou que os repasses chegam “a conta-gotas” desde 2013. Segundo ele, ainda são necessários R\$ 383 milhões do Governo Federal para a conclusão das obras. Em maio, o presidente Michel Temer anunciou a autorização para um empréstimo de R\$ 600 milhões para investimentos em ações preventivas.

SAIBA MAIS:

Acesse o YouTube e confira outros depoimentos: youtu.be/oFzO2AuFEGU

Poder Legislativo engajado em ação solidária

Cerca de cinco toneladas de alimentos, reunidas em 600 cestas básicas completas, e 600 kits de limpeza e higiene pessoal foram arrecadados para as vítimas de enchentes na Mata Sul pela Campanha Alepe Solidária. A ação, realizada em junho, também coletou 300 litros de água mineral e 200 quilos de roupas. A iniciativa foi encerrada com a entrega dos

donativos à Casa Militar e à Codecipe no pátio do Museu Palácio Joaquim Nabuco no dia 27 de junho. A instituição aprovou, ainda, projetos do Poder Executivo para criação do Fundo Especial de Amparo aos Municípios Atingidos pelas Chuvas (Famac) e concessão de auxílio-moradia emergencial para famílias atingidas pelas enchentes.



Você pode contribuir com o conteúdo do **Tribuna Parlamentar** enviando sugestões, elogios e críticas para o e-mail tribunaparlamentar.alepe@gmail.com. Participe!